



## **Pensar sobre o vandalismo: os ataques contra o patrimônio cultural e as possibilidades de investigação no campo da História**

DIEGO FINDER MACHADO\*

*Todo agente social aspira, na medida dos seus meios, a este poder de nomear e de construir o mundo nomeando-o (BOURDIEU, 2008:81).*

Recentemente, em 5 de junho de 2015, foi noticiado em um telejornal que, em Balneário Piçarras, um pequeno município localizado no litoral norte do estado de Santa Catarina, uma traquinagem realizada por desconhecidos estava tirando o sossego dos habitantes do lugar. Um morador compartilhou em sua página pessoal no Facebook a fotografia de uma rua onde as placas de sinalização de trânsito indicavam a proibição de conversão tanto à direita quanto à esquerda. Na reportagem, algumas pessoas foram entrevistadas para saber como reagiriam ao se depararem com esta situação inusitada. Em resposta, a maioria delas lidou de maneira jocosa com o acontecido. Contudo, a brincadeira não agradou o responsável pela organização do trânsito no município. Visivelmente irritado, este servidor público demonstrou preocupação com a possibilidade de algum grave acidente provocado pela confusão. Mostrando que uma das placas de trânsito havia sido movida para uma posição diferente da qual originalmente foi fixada, ele considerou isto uma manifestação de “vandalismo”. Tal rotulação foi reforçada pelo telejornal ao divulgar a matéria em sua página oficial na internet<sup>1</sup>.

O que intriga nesta reportagem aparentemente banal é a evidencia, em nossa contemporaneidade, da ampla maleabilidade dos significados atribuídos à palavra vandalismo. Atualmente, este neologismo pode servir para explicar tanto a destruição intencional de um bem reconhecido como patrimônio cultural de um determinado lugar, como qualquer ato, por menor e inofensivo que possa parecer, que seja interpretado como um dano à propriedade

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH/UDESC, sob orientação da Profa. Dra. Janice Gonçalves. Bolsista CAPES-DS. Membro dos Grupos de Pesquisa “Cidade, Cultura e Diferença”, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, e “Linguagens e Representação”, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: diego\_finder@yahoo.com.br.

<sup>11</sup> Esta reportagem, transmitida no Jornal do Meio Dia no canal de televisão RIC da Rede Record, pode ser assistida na internet: <<http://ricmais.com.br/sc/transito/videos/placas-de-transito-confundem-motoristas-em-balneario-picarras/>>. Acesso em 13 jun. 2015.

pública ou privada. Se em alguns casos esta dilatação semântica pode servir ao estímulo de reações caricatas, como no caso narrado, em outros momentos o uso desta palavra demonstra a violência simbólica que entremeia as relações entre diferentes grupos sociais, desencadeando reações de desprezo, indignação, raiva, ódio e outros ressentimentos. No caso brasileiro, desde 2013 esta palavra tem sido mobilizada em defesas públicas pelo endurecimento das ações repressivas do Estado contra manifestações sociais que utilizam o dano a bens materiais como uma estratégia de luta<sup>2</sup>.

Diante da banalização contemporânea dos usos e apropriações da palavra vandalismo, tenho buscado compreender as maneiras como tal neologismo tem sido empregado para nomear práticas sociais. Ao refletir sobre os ataques contra o patrimônio cultural e as possibilidades de investigação no campo da História, uma primeira e importante aproximação é a história do conceito de vandalismo. Para tanto, é preciso lembrar o alerta lançado pelo historiador Reinhart Koselleck (2006:105): “As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado”. Há no conceito de vandalismo a sobreposição de diferentes camadas de significação que foram forjadas ao longo dos últimos séculos. A investigação de algumas destas camadas, sedimentadas no solo do nosso presente, pode indicar algumas chaves de interpretação ao pensar sobre a escrita de histórias que problematizem os ataques contra o patrimônio cultural. Neste breve ensaio, aproximo duas experiências significativas: os relatórios do abade jesuíta Henri Grégoire contra o vandalismo na França pós-Revolução e a repercussão da campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, liderada pelo intelectual Paulo Duarte no Brasil dos últimos anos da década de 1930.

### *A pacificação de um passado infame e a invenção de uma “barbárie”*

Em 1794, representando a Comissão para a Instrução Pública perante a Convenção Nacional Francesa, o abade jesuíta Henri Grégoire apresentou três relatórios pelos quais denunciou publicamente o saque e a destruição de “monumentos franceses”. Em um momento no qual ainda ecoavam com forte intensidade os clamores da Revolução Francesa, grande parte deste acervo do passado nacional era identificada por muitos dos seus compatriotas como herança simbólica do Antigo Regime. O primeiro destes relatórios, apresentado em 11

---

<sup>2</sup> Ainda consta em tramitação no Congresso Nacional alguns Projetos de Lei que visam tipificar o crime de “vandalismo”, propondo inserir no Código Penal (Decreto-Lei 2848/40) uma nova modalidade para o tipo penal de dano qualificado, tornando mais rígida a pena para quem praticar este tipo de crime

de janeiro, já evocava a palavra “vandalismo”. Tal palavra possivelmente já era compreensível aos destinatários do acalorado discurso, o que dispensava a necessidade de uma explicação do seu delineamento semântico. O objetivo do relatório era claro: denunciar as destruições provocadas pelo vandalismo e apresentar os meios possíveis para coibir tais atos de “dilapidação” dos bens nacionais, combatendo ferreamente aquilo que se considerava as evidências da ignorância e da ganância de um espírito “contra-revolucionário” que empobrecia e desonrava a nação. Nas palavras impressas no Relatório, tal denúncia era tomada como o “grito de indignação da Convenção” que reverberaria por toda a França, incentivando “todos os bons cidadão a vigiar os monumentos às artes, a ajudar a conservá-los”, denunciando os “instigadores de atos de vandalismo” (GRÉGOIRE, 1794).

Em meio a numerosos exemplos, o relatório concluía que “em todos os lugares, a pilhagem e a destruição é a ordem do dia”. Para este abade, uma voz poderosa na Convenção, isto parecia um “frenesi de bárbaros”, um “fanatismo” que, como era lembrado, estava muito bem ao gosto dos ingleses. Estes, cientes do alto valor das “reliquias”, aproveitavam o momento para abarcá-las em suas próprias coleções. Tinha-se em mente que era preciso, a todo custo, parar a dispersão: “Uma horda de bandidos emigrou, mas as artes não irão emigrar com eles. Como nós, as artes são as filhas da liberdade; como nós, elas têm uma pátria, e iremos transmitir esta dupla herança à posteridade” (GRÉGOIRE, 1794). Como destacou o historiador Dominique Poulot (1995) a respeito deste momento histórico, os atos de vandalismo eram explicados, em meios cultivados na França, como um “complô anti-revolucionário” orquestrado por alguma agência oculta, por “bárbaros estrangeiros”.

Porém, como convencer, àqueles que se rebelaram contra a tirania do absolutismo, de que era necessário e importante preservar “monumentos” que haviam simbolizado a opulência do poder e que ainda eram vistos como marcados por este toque infame? Henri Grégoire, ao defender a inventariança das riquezas culturais da nação francesa, afirmou, sem titubeação, que era preciso “fornecer novas armas para a liberdade dos monumentos que o despotismo tentou esconder” (GRÉGOIRE, 1794). Afinal, como artigos de luxo destinados a um uso restrito aos aristocratas do passado, muitos destes “monumentos” eram invisíveis a grande parte da população. Além do mais, mesmo quando colocados em uma circulação pública mais ampliada, essa invisibilidade, como deixa transparecer a narrativa de Grégoire, era fruto da suposta “ignorância” de uma população cujo olhar ainda não havia sido educado para reconhecer o seu “verdadeiro” valor. Pra tanto, o Relatório conclamava os legisladores a usar as coleções “imensas e preciosas” para um novo fim: “servir à instrução de seus cidadãos” (GRÉGOIRE, 1794).

Para usar uma ideia inspirada nas análises de Pierre Bourdieu, houve neste momento a busca por uma “transubstanciação simbólica”. Um novo produto simbólico estava sendo forjado a partir dos vestígios do passado, o que tornou necessário a produção da crença em uma nova maneira de olhar os remanescentes do Antigo Regime, uma crença que deveria disseminar-se imediatamente. Como afirmou este sociólogo, “na produção de bens simbólicos, as instituições aparentemente encarregadas de sua circulação fazem parte integrante do aparelho de produção que deve produzir, não só o produto, mas também a crença no valor de seu próprio produto” (BOURDIEU, 2004:163). Foi preciso “pacificar” os vestígios que ressoavam a presença de um passado despótico, convertendo-os, pelo investimento de mentes ilustradas, em monumentos históricos e artísticos necessários a um ideal civilizatório. Um novo sentido a estes bens culturais estava sendo forjado, um sentido que coadunava com a vontade de estimular um renovado sentimento patriótico.

Assim, como sugeriu Grégoire, para além de medidas repressivas, o sucesso do combate demandaria algumas medidas morais: “vamos fazer um apelo às sociedades populares, a todos os bons cidadãos, e especialmente aos representantes do povo [...], para dobrar os seus esforços em despertar e iluminar o patriotismo a este respeito” (GRÉGOIRE, 1794). Na interpretação de Dominique Poulot (1995:203), “Grégoire usou a moralidade pessoal como base para uma política de patrimônio que [...] habilitou a sociedade para estabelecer o seu próprio respeito pelos monumentos ao vê-los como bens confiados a cada um dos seus membros”.

Além deste investimento moral, para evitar a perda irreversível dos monumentos simbolicamente “pacificados” mostrava-se urgente e imprescindível restaurar os danos cometidos pela fúria revolucionária, buscando os meios necessários para garantir a reparação de sua integridade material e a sua conservação dirigida ao futuro. Isso exigiria, conforme o relatório, o comprometimento de todos: “Para cumprir o objeto do presente relatório em sua totalidade, propomos os meios para restaurar as dilapidações. A ignorância lhes causou; devemos educar. A negligência foi a culpa; devemos estimular. A malevolência e a aristocracia; devemos comprometê-los” (GRÉGOIRE, 1794).

Ao denunciar o vandalismo, Grégoire (1794) buscava disseminar a consciência em relação ao valor difuso das artes e dos monumentos históricos, manifestando um desejo de futuro: “Um dia, monumentos nacionais serão objeto de respeito público; pertencendo a ninguém, eles serão de propriedade de todos”.

O efeito devastador causado pelas denúncias impulsionou a criação de mecanismos legais que visaram proteger contra possíveis ataques os monumentos que, pelo olhar criterioso

de homens “cultivados”, foram considerados de inquestionável valor histórico e artístico. Além disto, foram estabelecidos meios para controlar as indesejáveis travessias ilícitas destas “riquezas” para fora das fronteiras do território nacional. O desejo manifesto por Grégoire, compartilhado por vários outros intelectuais franceses, foi fundamental na construção de uma sensibilidade patrimonial no Ocidente.

É preciso destacar, porém, que, além de marcar o início de uma política de proteção do patrimônio cultural na França, estes relatórios disseminaram um estigma imputado aos envolvidos em ataques contra bens culturais. Para Dominique Poulot (1995:192), “o relato de um ato de vandalismo cai dentro de uma lógica de denúncia e acompanha um programa político e cultural projetado para proteger o mundo civilizado contra a barbárie”. Diante do desejo de construir um mundo civilizado e identificar os pertencentes a esta civilização imaginada, foi preciso definir a “barbárie” e estigmatizar os considerados “bárbaros”, no caso, os “vândalos”. Na busca por uma educação do olhar ao reconhecimento e ao respeito pelas heranças do passado, bem como por um amplo envolvimento na luta pela causa da preservação, “quem ataca estes monumentos é excluído *de facto* da comunidade dos cidadãos” (POULOT, 1995:203-204). Afinal, em um mundo que se imagina “civilizado”, aqueles que cometem atos considerados “bárbaros” são colocados à margem. Nos tempos atuais, distanciados por séculos do fervor revolucionário que tomou conta cotidiano francês, nossas sociedades ainda mobilizam tal estigma que, ao tomar a palavra como um conceito apartado de sua historicidade, transborda para a criminalização de qualquer ato lesivo à propriedade pública ou privada.

O neologismo vandalismo foi forjado historicamente para animar a proteção do patrimônio cultural francês. Como destacou Alberto Gonzáles García (2013:102), Henri Grégoire, ao utilizar esta palavra, “seguiu uma tradição bem estabelecida, invocando as grandes invasões que puseram fim ao poderio imperial romano no Ocidente na hora de ponderar destruições contemporâneas”. Porém, foi a atuação célebre deste abade que levou à consagração do termo, especialmente após 1798, quando a palavra vandalismo foi incluída na quinta edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* como sinônimo de destruição sistemática das artes e das ciências. Em grande medida, a isto se deve a rápida vulgarização da palavra pela Europa e a sua tradução para diversos idiomas.

Este uso pejorativo relacionado aos povos germânicos da Idade Média, gerou um certo desconforto entre os herdeiros diretos do legado deste passado. De fato, ainda conforme García (2013:102), “os vândalos nunca praticaram as barbaridades como a que lhes estigmatizava tão perverso neologismo, pois admiravam a cultura greco-latina e suas

destruições nunca foram gratuitas, mas resultado de suas violentas conquistas”. Diante dos problemas causados pelo uso indiscriminado desta palavra, o autor lançou alguns questionamentos: “Como ocorreu tal palavra ao abade Grégoire [...]? Saiu do nada? Foi realmente algo arbitrário, como poderia ter falado ‘goticismo’, ‘hunismo’ ou ‘lombardismo’? Ou teve talvez algo que pôde induzir-lhe a pensar assim nas fontes sobre o povo vândalo?” Buscando responder tais inquietações, García nos lembra que Henri Grégoire era, sem dúvida, um homem inteligente e cultivado, porém, de forma alguma, um grande estudioso da Antiguidade Tardia. Em sua formação, no seminário jesuíta de Nancy, os seus conhecimentos sobre os vândalos proviam de leituras habituais nos ambientes eclesiásticos do seu tempo: *A Vida de Santo Agostinho*, de Posídio, e a *História das Perseguições*, de Víctor de Vita. Estes autores ressaltaram em suas obras, com base no relato de suas próprias experiências de vida redigido sob o calor dos acontecimentos, o afã destrutor dos povos vândalos, especialmente no norte da África. Embasado no diálogo com estas hipóteses, García vislumbrou na escrita e na recepção de tais livros a construção da ideia de vandalismo como uma forma de destruição gratuita e descontrolada. Assim, concluiu que Henri Grégoire “não inventou uma nova acepção sobre os vândalos, mas se limitou a repetir um velho estereótipo que remontava ao mesmo momento da irrupção dos vândalos na África romana” (GARCÍA, 2013:102-103).

Reinhart Koselleck (2006:106-107), ao propor um princípio diacrônico para pensar uma história dos conceitos que leve em conta, na compreensão do uso das palavras, a mobilização de elementos extralinguísticos, destacou que existem dois tipos de conceitos. Por um lado, há “conceitos cujo conteúdo se alterou de maneira tão decisiva que, a despeito da mesma constituição linguística, são dificilmente comparáveis”. Por outro, há também “os neologismos que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais ou políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar”. A partir da experiência francesa de invenção da palavra “vandalismo”, podemos perceber uma situação intermediária. O neologismo foi criado para explicar algo completamente novo, porém teve amparo em sedimentos ainda presentes de usos já consagrados da palavra “vândalo” para classificar atitudes destrutivas consideradas, pelos defensores da razão, como puramente irracionais.

#### *A reverberação de um lamento e o estímulo a um olhar cultivado*

A exemplo do modelo francês, muitas nações do mundo ocidental vincularam a construção de um acervo patrimonial a um ideal civilizatório. Como um inevitável

complemento, inventou-se a “barbárie”. Em nossa trajetória histórica também podemos localizar um momento de emergência do uso da palavra vandalismo em campanhas pela proteção do patrimônio histórico e artístico da nação.

Em 11 de junho de 1937, o então deputado do estado de São Paulo, Paulo Duarte, publicou no Jornal *O Estado de São Paulo* um artigo que desencadeou uma campanha em defesa da proteção e preservação dos remanescentes materiais da história paulista. A este artigo, intitulado “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, seguiram-se outros escritos de Paulo Duarte publicados no mesmo Jornal, discursos na Assembleia Legislativa de São Paulo, além de missivas de apoio escritas por pessoas de renome, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Afonso de E. Taunay, e por instituições importantes, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (que posteriormente assumiria o desafio lançado pela campanha). A maior parte destes textos foram, em 1938, publicados em livro pelo Departamento de Cultura de São Paulo (cf. DUARTE, 1938).

No primeiro artigo, Paulo Duarte relatou uma visita a localidades paulistas em companhia do seu amigo Mário de Andrade, artista brasileiro que recentemente havia sido nomeado pelo Ministério da Educação como delegado em São Paulo para o tombamento de monumentos históricos. Estes dois intelectuais buscaram em seu itinerário encontrar e inventariar alguns remanescentes materiais da história do estado que, por algum atrativo estético ou relevância histórica, merecessem especial proteção pela legislação federal que estava em tramitação no Congresso Nacional ou, da forma que consideravam mais apropriada, por tombamento em nível estadual, após uma possível aprovação de projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado.

Nesta primeira incursão por territórios paulistas, Paulo Duarte e Mario de Andrade visitaram Carapicuíba, Cotia, Mboy (atual Embu das Artes), São Miguel (atual São Miguel Paulista, distrito da região leste da cidade São Paulo) e São Roque. Já no início do relato de suas observações, Paulo Duarte (1938:7) expressou um lamento: “O trabalho teve começo sabado ultimo. Dia de desanimo para nós dois e para todos aqueles que amam um pouco as coisas do nosso passado”<sup>3</sup>. Ao seguirem pelos caminhos previamente traçados, encontraram um mundo “arruinado”:

*Fomos a Mboy e a São Miguel e, nesses velhos lugares, não fizemos outra coisa senão engrossar a nossa desilusão. Iamos mais ou menos maguados, desde Carapicuíba velha, onde, para chegar, nem geito existe, tal mau estado do caminho estreito que liga o antigo aldeamento á estrada de Cotia. O quadrado do casario,*

---

<sup>3</sup> As citações do livro “Contra o Vandalismo e o Extermínio” seguem a grafia original da obra, em conformidade com as regras ortográficas do período de sua publicação.

*sempre o mesmo das antigas aldeias que necessitavam defender-se contra o índio, a mór parte em ruína ou devastado...* (DUARTE, 1938:7).

No mesmo ano, um lamento semelhante também foi expresso por Mário de Andrade. No artigo que escreveu para o primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a respeito da capela de Santo Antônio, em São Roque, relatou a sua decepção:

*Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quasi nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topar com alguma S. Franciso? já não digo tão inédita como a de São João d'El Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem* (ANDRADE, 1937:119).

Já foi bem explorado, por estudos que problematizaram a elaboração de uma política federal de preservação do patrimônio no Brasil, o fascínio dos intelectuais modernistas pelos remanescentes do barroco mineiro (RUBINO, 1992; CHUVA, 2009). Foi com esse critério referencial que Paulo Duarte e Mário de Andrade vislumbraram as construções antigas do estado de São Paulo, consideradas de valor estético rudimentar em comparação com as obras monumentais de Minas Gerais. Porém, defensores de uma interpretação histórica que afirmava o pioneirismo histórico de São Paulo no desbravamento do território e na consolidação da nação brasileira, entendiam que os resquícios de “notáveis fatos históricos” não poderiam ficar sem alguma proteção especial e, sobretudo, sem o reconhecimento público por parte das políticas patrimoniais que estavam sendo gestadas. Como deixou claro Mário de Andrade (1937:119), não se tratava de identificar preciosidades do gênio artístico, pois, “o critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no Estado de São Paulo, quasi exclusivamente pelo ângulo histórico”. Para ele, “em vez de se preocupar muito com beleza, ha de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir”. Como destacou Silvana Rubino (1992, 190), “foi escrevendo sobre as igrejas paulistas, [...] que Mário de Andrade formulou a distinção entre critérios histórico e artístico, que em grande medida norteou e informou a ação do SPHAN nesse estado”.

Embora Mário de Andrade e Paulo Duarte compartilhassem semelhante desapontamento frente ao que consideraram o arruinamento dos vestígios da história paulista, este, em seus escritos, foi mais incisivo na denúncia de atos que denominou “vandalismo” e “extermínio” do patrimônio histórico. A diferença de posicionamento ficou clara em uma

carta de Mário de Andrade a Paulo Duarte onde o artista demonstrou um certo incômodo com o teor da campanha iniciada pelo amigo: “Devo lhe confessar inicialmente que o título geral dado á parte de publicidade da campanha pareceu um pouco exagerado”. Para Mario de Andrade, mais que delatar alguns clérigos envolvidos com em saques e destruições, se mostrava urgente denunciar a prática da arquitetura neocolonial, prática indiferente à arquitetura colonial legítima. Para ele, “o que havia de essencial nesta arquitetura [...] se destruiu. E se destrói ainda. Não será vandalismo maior, esse desvirtuamento, do que a venda de uma porta de jacarandá?” (ANDRADE In: DUARTE, 1938:217-218).

Já o foco da crítica de Paulo Duarte era outro. Considerando a “patrimonialidade” (cf. POULOT, 2009) destes bens culturais como algo imanente e não como a construção do seu olhar classificador para os vestígios do passado, este intelectual explicou o vandalismo cometido contra o patrimônio paulista como a manifestação da “ignorância” das pessoas em relação a um valor ainda invisível a muitos. Neste sentido, a sua campanha para pôr fim aos ataques contra o patrimônio de São Paulo, além de buscar meios para estancar os crimes de saque e destruição, era entendida como uma missão em prol de uma educação do olhar para os valores dos bens culturais, algo que, para ele, deveria ser encampado pelos homens ricos, pelas autoridades e pelas instituições culturais de São Paulo e do país.

Em sua narrativa, Paulo Duarte apontou, sem muitas reservas, alguns dos responsáveis pelo “crime de uma época que não sabe honrar o seu presente, porque não ama as coisas do seu passado” (DUARTE, 1937:8), além de raras manifestações de zelo e cuidado. Alguns personagens foram trazidos para a sua narrativa dramática. No relato de sua passagem por Carapicuíba, ele menciona um japonês “indiferente” que havia “rasgado” as paredes de pau-a-pique da residência em que morava para abrir uma porta larga na garagem coberta por telhas francesas. No entanto, lembrava que a velha capela ainda resistia pelo carinho do velho Lula de Camargo e sua família. Em São Miguel, que não havia sido poupada do “mau espírito destruidor”, Paulo Duarte narrou que “o vandalismo não respeitou nem a preciosa capelinha colonial dos ‘piedosos paulistas Fernão Munhoz e padre João Alvares’”. Pelas informações que conseguiu obter com os moradores do lugar, a porta da sacristia, uma grande cômoda onde se guardavam os paramentos religiosos e um precioso sacrário da igreja teriam sido vendidos pelo vigário, que era um padre estrangeiro. Além disto, havia encontrado velhas imagens “quebradas, amontoadas, cobertas de pó e de sujeira, debaixo de um movel qualquer a um canto da sacristia!” O caso de São Miguel, na visão deste intelectual, mais que um caso de incúria ou desleixo, era um caso de polícia, o que lhe fazia crer que algo precisaria ser feito com urgência. Era preciso reconhecer a importância do patrimônio de São Miguel, um

patrimônio que pertencia a todo paulista: “Aqueles pedaços magníficos da capela de São Miguel não pertenciam ao padre que os teria vendido, porque a igreja histórica, com todas as suas minúcias, não é propriedade de ninguém, é patrimônio de São Paulo” (DUARTE, 1938:11-12).

Lançando o alerta de que “já é tempo de os paulistas olharem com mais carinho pelo pouco que ainda resta do seu passado” (DUARTE, 1938:12), Paulo Duarte buscava cultivar entre os seus conterrâneos a sensibilidade para a defesa do patrimônio cultural paulista, sensibilidade ainda incipiente em São Paulo. Esta sensibilização estimularia o engajamento ativo em um levante contra o que ele considerava “vandalismo” e “extermínio”. Com este espírito, e fazendo alusão ao então recente levante paulista na chamada Revolução Constitucionalista de 1932, concluiu este primeiro artigo com um clamor: “Chegou o momento de S. Paulo levantar-se de novo, mas desta vez contra o vandalismo e o extermínio de suas joias, vencendo definitivamente a barbarie de iconoclastas mercenários ou inconscientes” (DUARTE, 1938:16).

De acordo com a historiadora Marly Rodrigues (1994:21), a campanha de Paulo Duarte aproximou correntes políticas divergentes em um frágil consenso. Tanto os liberais quanto os conservadores responderam aos clamores e se dispuseram a colaborar no salvamento dos documentos materiais do passado paulista, mobilizando, contudo, interesses divergentes. Enquanto que para os liberais, “a ação de proteger o patrimônio guardava um caráter educativo”, para os conservadores “a iniciativa de Paulo Duarte propiciaria o resgate do que se supunha estar ameaçado pela ordem social urbana, ao mesmo tempo em que representava o reconhecimento do valor de um passado que se julgava comum”. Porém, para ambos os grupos envolvidos neste jogo político, um estável ponto de convergência não foi posto em questão: a história a privilegiar deveria ser a história da presença bandeirante na construção do território paulista.

Embora possamos identificar nesta campanha uma série de pontos de vista compartilhados por grupos rivais, no que se refere aos meios necessários para colocá-la em funcionamento, houveram discordâncias. Mesmo entre Paulo Duarte e Mário de Andrade, amigos e parceiros na batalha pelo reconhecimento da importância da preservação do passado paulista, podemos perceber um certo desacordo. Como já dito, Mario de Andrade considerava o lema “Contra o vandalismo e o extermínio” um recurso exagerado na divulgação da campanha.

Paulo Duarte (1938:18), por sua vez, nas contundentes denúncias de atos de “vandalismo” contra o patrimônio buscou sensibilizar as pessoas, especialmente as elites

paulistas, para uma nova maneira de lidar com a presença do passado. Em um outro artigo, intitulado “Os exemplos do cupim e da figueira branca”, usou um recuso de linguagem metafórica para delinear duas maneiras pelas quais as sociedades se relacionam com a presença do passado. Por um lado, ele aponta o exemplo deplorável do cupim, “o implacável termita, nas suas dezenas de espécies, que corrói as paredes, pulveriza caibros e esteios, esvurma as talhas e só abandona o campo quando já não resta uma molécula aproveitável de celulose”. Contudo, por outro lado, trazia o exemplo a ser seguido das figueiras brancas, que “vai abraçando as taipas rachadas, crescem contorna as paredes, forma uma rede que as segura heroicamente, como á espera do dia em que o homem, mais esclarecido, acorra a substituí-la pelas restaurações”. Estes exemplos denotavam para ele duas atitudes que diferenciavam as sociedades “civilizadas” das sociedades ainda tomadas pela “barbárie”:

*Nos países civilizados, o método da figueira branca estilizou-se em séculos de experiência e carinho. Os seus monumentos históricos são monumentos nacionais, onde zeladores próprios fiscalizam, vigiam, perscrutam, concertam, amparam as relíquias do passado, prontos a uma cuidadosa assistência ao primeiro indicio de ameaça, seja ele a minúscula serragem esfarinhada de um portal, seja uma pequenina mancha num bloco de pedra. No Brasil, mais nacionalisticamente, foi preferido o exemplo do cupim... Bom ainda seria se o cupim andasse só. A auxilia-lo ali estão a incuria do homem e dos poderes públicos, a ganancia dos comerciantes ambiciosos e, quantas vezes, até os sacerdotes [...] (DUARTE, 1938:19).*

Mario de Andrade, por sua vez, chamou a atenção para a necessidade de encaminhar a campanha para uma dimensão mais prática. Para além das denúncias de destruição de bens culturais e dos possíveis responsáveis por tais danos, se fazia imperioso proteger da dispersão a documentação sobre o passado paulista ajuntada durante a campanha do “neocolonial”. Além do mais, era necessário um investimento pedagógico efetivo na educação de um olhar capaz de reconhecer a riqueza do passado que se desejava preservar. Para tanto, deveriam ser criados novos museus municipais, mas, como enfatizou, “museus á moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio” (ANDRADE In: DUARTE, 1938: 218-219). Tal missão deveria envolver, conforme o projeto defendido por este intelectual, a obrigatoriedade, em dias de trabalho, de visitas aos museus por operários, estudantes, crianças, os quais seriam orientados por um “explicador inteligente”, sem o qual tal museu poderia tornar-se um “cemitério”.

Entendendo a defesa do patrimônio histórico e artístico como um processo de “alfabetização cultural”, Mario de Andrade alertou que para o sucesso da campanha seria

necessário sensibilizar não apenas as elites cultivadas, mas também as pessoas com acesso restrito às manifestações da cultura erudita. Era preciso envolver o “povo”: “Sem isso, sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada permanentemente eficaz contra vandalismos e extermínios” (ANDRADE In: DUARTE, 1938:220). O que fica evidente nesta carta é o reconhecimento do valor de uma cultura partilhada pelas elites, uma cultura que deveria ser disseminada às classes sociais economicamente desfavorecidas a partir de ações governamentais voltadas a amenizar os nítidos contrastes culturais vividos no Brasil:

*Ha que forçar um maior entendimento mutuo, um maior nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessivel a todos, e em consequencia lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o topo ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condições de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos (ANDRADE In: DUARTE, 1938:220).*

Nesta escrita de Mário de Andrade, assim como em grande parte dos textos produzidos na campanha, é perceptível o desejo de alguns intelectuais pela busca de meios para garantir um acesso mais ampliado à “cultura”, algo que só seria possível a partir de investimentos na “alfabetização cultural”. Buscando “iluminar” ou “esclarecer” as pessoas que, no entendimento destes intelectuais, ainda ignoravam as riquezas culturais que lhes pertenciam, o que é posto em jogo nestas narrativas é a construção e disseminação de um olhar educado para reconhecer e valorizar uma herança cultural, herança já mapeada e narrada pelos detentores de uma “fala autorizada” (Cf. BOURDIEU, 2008). Neste processo pedagógico, erradicar a “ignorância” significava também construir e disseminar maneiras disciplinares de lidar com o patrimônio. Uma educação do olhar, arduamente defendida neste período, deveria conduzir as pessoas ao reconhecimento de um legado cultural e, conseqüentemente, ao aprendizado de atitudes respeitadas em relação ao passado patrimonializado.

#### *O reconhecimento de uma autoridade e a construção da “ordem patrimonial”*

O sociólogo Pierre Bourdieu (2008:91), ao discutir os rituais que investem de autoridade determinados discursos, afirmou que “a especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer o seu efeito próprio”. Partindo deste pressuposto, quais os efeitos do reconhecimento da autoridade de discursos que, ao nomear como “vandalismo” os ataques a bens culturais considerados patrimônio cultural, prescrevem

maneiras de lidar com a presença de vestígios materiais do passado? E como essa visão de mundo, ou, como diria Pierre Bourdieu (2008), essa “di-visão” que estabelece as fronteiras de um mundo civilizado pelo que o excede, a “barbárie”, pode servir como uma chave de interpretação nas escritas de histórias a respeito das maneiras como as pessoas se relacionam com a materialidade do patrimônio cultural?

Em minhas pesquisas atuais, ao problematizar as maneiras como as sociedades contemporâneas se apropriam dos bens culturais patrimonializados e os efeitos sociais do trabalho de profissionais do patrimônio na proteção destes bens, tenho proposto a ideia de “ordem patrimonial”, ou melhor, “ordens patrimoniais” que são mobilizadas em diferentes versões e subversões.

A palavra “ordem” pode significar uma organização, uma sistematização de coisas inicialmente dispersas em um sentido que possa ser compreendido e reconhecido. Porém, também podemos entender “ordem” como um regramento ou um regime disciplinar, no sentido de uma ação sobre comportamentos visando a obediência a determinadas normas estabelecidas em sociedade e transmitidas por determinados agentes responsáveis pela sua aplicação. Quando atribuído às relações estabelecidas com patrimônio cultural, este duplo sentido emerge como uma maneira instigante de interpretar o processo de patrimonialização. Esta ação pode ser entendida como a construção de um acervo sistematizado por mapeamentos e narrativas que atribuem valor a determinados bens culturais e que, por isso, tornam-se objetos de proteção especial. Busca-se com este acervo garantir a transmissão ao futuro de alguns significados do passado. Além do mais, a patrimonialização vincula-se a um conjunto de prescrições que, ao investir esforços em uma educação do olhar para o reconhecimento e a valorização destes bens, define maneiras disciplinares de usar e se apropriar dos bens culturais protegidos, correspondendo aos valores que lhe dão sustentação como patrimônio. Tanto no sentido de organização, como no sentido de regramento disciplinar, a construção da “ordem patrimonial” é pautada, em suas diferentes versões, pela vontade de conter aquilo que a subverte.

Por este modo de pensar, podemos interpretar os discursos públicos que nomearam determinadas práticas sociais como “vandalismo”, tais como as campanhas protagonizadas em momentos bem diferentes por Henri Grégoire e Paulo Duarte, como reverberações de um desejo: ao inventar um patrimônio cultural a ser protegido, buscou-se garantir a disseminação de um olhar educado para reconhecer uma herança do passado, bem como instituir uma ordem capaz de pautar comportamentos disciplinares aos herdeiros. Sobretudo, a partir da autoridade de discursos que modelaram o uso da palavra “vandalismo”, buscou-se os meios necessários

para extinguir a prática nomeada. Isso foi reconhecido pelo próprio Henri Grégoire (apud POULOT, 1995:195) que, em suas *Memórias*, deixou claro: “Eu inventei a palavra para abolir o ato”.

Quando mobilizamos esta visão de mundo (ou esta “di-visão”) para pensar sobre possíveis escritas de histórias das práticas de patrimonialização e das maneiras como as sociedades se relacionaram com os bens culturais patrimonializados, dois caminhos são possíveis. Pode-se, por um lado, seguir por uma historiografia que se coloque o objetivo de “conscientizar” as pessoas sobre a importância do patrimônio cultural, assumindo como função prescritiva a educação do olhar para o reconhecimento de um valor previamente definido. Porém, sem desmerecer a importância da ação política na defesa de um acervo patrimonial a ser preservado, este ensaio perseguiu um outro itinerário: exercitar o estranhamento. Mais do que prescrever uma atitude tomada como “correta” diante de valores essencializados, este estranhamento nos permite discutir o quanto a ideia de “acesso” ao patrimônio cultural, defendida em campanhas públicas, geralmente deixa de reconhecer a importância das múltiplas maneiras como as sociedades se relacionam com a presença do passado. Além disto, nos leva a perceber como uma “ordem patrimonial” tem servido para imputar valores e práticas definidas por um grupo restrito a pessoas que não foram em momento algum envolvidas nos processos de patrimonialização de bens culturais.

Este trabalho de estranhamento pode estimular um importante deslocamento do foco nos estudos sobre o patrimônio cultural. Para além da atuação do Estado neste campo, a pesquisa sobre estes atos considerados “vandalismo” pode instigar interpretações sobre as maneiras divergentes como a sociedade se relaciona com os bens patrimonializados, enunciando práticas e representações conflitantes. Como apontou Dario Gamboni (2014, p. 17), “os ataques representam, em geral, uma ruptura na comunicação que se buscava ou um desvio da atitude ‘normal’ mostrada em relação a elas”. Neste sentido, interpretá-los pode “pode ajudar-nos a perceber e compreender melhor a pluralidade de funções que [...] seguem desempenhando, a pluralidade das atitudes correspondentes, as reações que existem e os conflitos que surgem entre elas”. Transitando por entre as fronteiras estabelecidas pelas diferentes versões da “ordem patrimonial”, bem como entre estas versões e suas subversões, é possível problematizar valores em disputa que mobilizam sensibilidades divergentes em relação a presença do passado. Desta forma, recoloca-se em discussão os valores atribuídos a determinados bens culturais, relativizando um ideal de preservação que, para algumas pessoas, é tomado como algo indiscutível.

*Referências Bibliográficas*

ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 26, p. 24-29, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1938.

GARCÍA, Alberto González. Vándalos vandálicos: acotaciones sobre el origen del término “vandalismo”. *Revista de Historiografía*, n. 18, p. 101-104, 2013.

GAMBONI, Dario. *La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa*. Madrid: Cátedra, 2014.

GRÉGOIRE, Henri. *Report on the destruction brought about by Vandalism, and on the means of curbing it*. Disponível em: <[http://www.cla2.auburn.edu/user\\_pages/kingston/5310/week14/gregoire.pdf](http://www.cla2.auburn.edu/user_pages/kingston/5310/week14/gregoire.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

KESELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

POULOT, Dominique. Revolutionary ‘Vandalism’ and the Birth of the Museum: The Effects of a Representation of Modern Cultural Terror. In: PEARCE, Susan (org.). *Art in Museums: New Research in Museum Studies*. London: Athlone Press, 1995, p. 192-215.

\_\_\_\_\_. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.